



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SÉTIMA (7ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos vinte dias do mês de março do ano dois mil e dezessete realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Sétima (7ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 17 de março de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto De Souza Leite (09), Marcos Antonio Franco (10), Maria Helena Scudeler de Barros (11), Moacir Genuario (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Maria Helena



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Scudeler de Barros para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Sexta (6ª) Sessão Ordinária, realizada em 13 de março de 2017, a qual depois de achada conforme e aprovada, foi, devidamente, assinada pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Cumprida dita providência, o Presidente deu ciência à Casa e submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, "a", e 167 todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o *Requerimento nº 189/2017, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, para a Sétima (7ª) Sessão Ordinária*, programada para a presente data, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 18, de 2017, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues, "dispondo sobre a proibição de soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos, que causam estampido, no município de Mogi Mirim, e dando outras providências"; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 37, de 2017, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues, "instituinto o Dia Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais, no município de Mogi Mirim, e dando outras providências"; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 38, de 2017, de autoria da Vereadora Sônia Regina Rodrigues, "instituinto o Dia Municipal do Gaúcho e dando outras providências"; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 176/2017 - Assunto: AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, ENVIE A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ESTA CASA DE LEIS, CÓPIA DO CONTRATO EMERGENCIAL ENTRE SANTA CASA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO MÊS DE MARÇO DE 2017. Aatoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Requerimento Nº 177/2017 - Assunto: Requer ao SAAE, informações sobre o fornecimento de água e tratamento de esgoto na Chácaras das Uvas. Aatoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 178/2017 - Assunto: Encaminha Minuta de Projeto de Lei ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, sobre o " Servidor que tem filho com deficiência mental tem direito a carga horária menor. Aatoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 179/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude a possibilidade de cessão de transporte para as atletas da equipe feminina de Handebol do Clube Mogiano durante o ano de 2017 e outras providências Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 180/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre a possibilidade de doação de área para construção de uma nova agência do INSS local e dá outras providências. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 181/2017 - Assunto: Requeiro informações do Executivo Municipal sobre a possibilidade de alteração da Lei Municipal nº 4.889 de 10 de dezembro de 2009, que trata da não incidência do IPTU e taxas de serviços públicos para abranger os mutuários do Residencial "Terras do Mogi". Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 182/2017 - Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno que proceda à vistoria geral no Centro Cultural, identifique os pontos de melhoria e apresente laudo de vistoria com custo de reforma. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 183/2017 - Assunto: REQUEIRO A EMPRESA VLI LOGÍSTICA CONTROLADORA DA FCA (FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA) PARA QUE FAÇA LIMPEZA NO LEITO DA FERROVIA NO TRECHO URBANO DE MOGI MIRIM. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 185/2017 - Assunto:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

REQUEIRO A CONCESSIONÁRIA VIAÇÃO BENFICA, ALTERAÇÃO NO HORÁRIO DE EMBARQUE DAS 6H15MIN DA LINHA DOS ESTUDANTES DA ZONA LESTE. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 492/2017 - Assunto: INDICO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, INSTALE LIXEIRAS EM LOCAIS PRÉ- DETERMINADOS, JUNTO ÀS BARRACAS NAS FEIRAS LIVRES REALIZADAS ÀS QUARTAS-FEIRAS NO PERÍODO NOTURNO E AOS SÁBADOS NO PERÍODO DIURNO NO ESPAÇO CIDADÃO. Aatoria: CINOÊ DUZO. Indicação Nº 494/2017 - Assunto: SOLICITA COMPRA DE NOVAS MACAS PARA O DEPARTAMENTO DE SAÚDE. Aatoria: MARCOS ANTONIO FRANCO. Indicação Nº 495/2017 - Assunto: SOLICITA A PINTURA DE SOLO (PARE) NA RUA CARLOS HENRIQUE COSTA. Aatoria: MARCOS ANTONIO FRANCO. Indicação Nº 496/2017 - Assunto: SOLICITA TROCA DE LÂMPADA NA RUA FIRMINO DIAS LACERDA, NA ALTURA DO NÚMERO 158, NO BAIRRO DO TUCURA Aatoria: MARCOS ANTONIO FRANCO. Indicação Nº 497/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ANTHERO ZORZETO, NO JARDIM SANTA CLARA. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 498/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ESPIRITO SANTO, NA SANTA CRUZ. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 499/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NA RUA ANTHERO ZORZETO, NO JARDIM SANTA CLARA. Aatoria: LUIS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 500/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO PINTURA DE SOLO NA DEMARCAÇÃO DO PONTO DE TAXI DA PRAÇA SÃO JOSÉ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 501/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE REFORMA NA QUADRA E NO PARQUE INFANTIL LOCALIZADO NO BAIRRO EUGENIO MAZON “CDHU”. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 502/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ARNALDO BENTAMARO, NO EUGÊNIO MAZON (CDHU). Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 503/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA INSTALAR DISPOSITIVO DE REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA AVENIDA ADIB CHAIB, PRÓXIMO A ROTATÓRIA DO INSS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 504/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NA ÁREA VERDE DA RUA HUMBERT BUCCI, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 505/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal que cobre da empresa responsável pelo transporte coletivo urbano a construção de uma cobertura no ponto de ônibus da rua Coronel Leitão, próximo ao cruzamento da rua 13 de maio. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 506/2017 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal que faça a retirada das placas de publicidade da administração anterior, instaladas em vários pontos, cujos projetos anunciados não condizem com a realidade, informando erroneamente toda a população. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 507/2017 - Assunto: SOLICITA AO EXECUTIVO MUNICIPAL ESTUDOS JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

URBANO PARA MUDANÇA DE LOMBADA DE LOCAL. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 508/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal junto à Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, Gerência de Trânsito, estudo para a mudança de trânsito à Rua dos Expedicionários, Vila Bordignon, Santa Cruz Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 509/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal através de Secretaria municipal competente que realize operação Tapa Buracos à Rua Sebastião Bordignon esquina com a Rua Ana Gama e Silva, Vila Bordignon. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 510/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REVITALIZAÇÃO NA PRAÇA LOCALIZADA NA RUA ATALIBA PINHEIRO DIAS, NO JARDIM FLÓRIDA, PRÓXIMO AO COLÉGIO. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 511/2017 - Assunto: ASSUNTO: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços/Gerência de Limpeza Pública: providências urgentes para limpeza do leito carroçável da rua Antônio Moreno Perez, Jardim Maria Beatriz, em toda sua extensão. Aatoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES. Indicação Nº 512/2017 - Assunto: ASSUNTO: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços/Gerência de Limpeza Pública: providências urgentes para limpeza e retirada de entulhos, da praça localizada na Rua Antônio Moreno Perez, na altura do número 409, Jardim Maria Beatriz. Aatoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES. Indicação Nº 513/2017 - Assunto: ASSUNTO: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, estudos junto a Secretaria de Obras, para que seja realizada operação tapa buraco na Avenida Benedito Alvarenga, Jardim Maria Beatriz, Mogi Mirim. Aatoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES. Indicação Nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

514/2017 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto a Secretaria de Obras, para que seja feita a operação tapa buraco na Rua Cesar de Freitas, Jardim Maria Beatriz, Mogi Mirim. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES. Indicação Nº 515/2017 - Assunto: ASSUNTO: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços/Gerência de Limpeza Pública: providências urgentes para retirada dos entulhos e galhos espalhados nos bairros Jardim Maria Beatriz, Jardim Maria Bonatti Bordignon, Jardim Parque Real 1 e 2, Mogi Mirim. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES. Indicação Nº 516/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NAS ÁREAS VERDES LOCALIZADAS NO CAMPUS DA FATEC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 517/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE ENTULHO NA RUA OSCAR VILAS BOAS, NO JARDIM PRIMAVERA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 518/2017 - Assunto: Indico ao Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, para que com a máxima urgência seja consertado o portão de entrada de veículos da Secretaria de Educação. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 526/2017 - Assunto: REITERO INDICÃO Nº 190/2014, SOLICITANDO ESTUDO PARA VIABILIZAR A COBERTURA DO ESPAÇO ONDE ACONTECE A FEIRA LIVRE NOTURNA ÀS QUARTAS-FEIRAS E A FEIRA DIURNA AOS SÁBADOS NO ESPAÇO CIDADÃO, BEM COMO A COBERTURA DO ESPAÇO ONDE ACONTECE A FEIRA NOTURNA ÀS SEXTAS-FEIRAS NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO Autoria: CINOÊ DUZO. Indicação Nº 527/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

EFETUE MANUTENÇÃO ASFÁLTICA NA RUA SANTA LUZIA, NA ALTURA DO Nº 38 e 71, BAIRRO SANTA LUZIA. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 529/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RODOVIA SENADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 530/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA COLETA DE LIXO, ENTULHO E RESÍDUOS DEPOSITADOS NO BAIRRO CHÁCARAS SÃO FRANCISCO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 531/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO REDUTOR DE VELOCIDADE NA RUA DOUTOR ULHÔA CINTRA, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 532/2017 - Assunto: AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL QUE PROVIDENCIE JUNTO AO DEPARTAMENTO COMPETENTE, MELHORIAS E MANUTENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL- EMEB “MARIA PAULA DAS DORES SOUZA DE JESUS”. Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Indicação Nº 533/2017 - Assunto: Indicação Nº 534/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO RECUPERAÇÃO DA CANALETA LOCALIZADA NA ESQUINA DAS RUAS VENEZUELA E ARISTIDES GURJÃO, NA VILA DIAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 537/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno providências para tapar buracos na Rua São Lázaro, no Bairro do Tucura. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 539/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente, providências para troca de lâmpada queimada, do poste existente na calçada lateral da Igreja São Francisco, que fica entre as Ruas Américo Varzini e Décio Queiroz, nº 118, no Jardim Paulista. A autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 26/2017 - Assunto: Moção de congratulações e aplausos ao Exército Brasileiro, em nome do Subtenente Ademar Gomes Rodrigues - Instrutor do Tiro de Guerra de Mogi Mirim, pelo Dia da Conquista do Monte Castelo (em 1945), lembrado em 21 de fevereiro. A autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Moção Nº 29/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA JOSEPHINA DIOGO CHRISTOFOLETTI, OCORRIDO DIA 13 DE MARÇO DE 2017. A autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 30/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA TEREZA OLIVEIRA, OCORRIDO DIA 16 DE MARÇO DE 2017. A autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 31/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO JOVEM CAUÊ FELIPE GRANADO BIAZOTTO, OCORRIDO DIA 10 DE MARÇO DE 2017. A autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 32/2017 - Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao Colégio Imaculada de Mogi Mirim pelo aniversário de 105 anos da sua fundação e compromisso com a educação. A autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, Questão de Ordem, solicitando *antecipação da Tribuna Livre para antes do uso da palavra, no "Expediente"*, o que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes. Conforme requerimento verbal do Vereador Geraldo Vicente Bertanha, o Senhor Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o *Subtenente Ademar Gomes Rodrigues, Instrutor do Tiro de Guerra 02-023 de Mogi Mirim, que versou sobre a importância do serviço militar e o planejamento do trabalho do TG, para 2017*, cujo discurso foi gravado, em formato digital, à disposição, nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 18h54, para reabri-la, posteriormente, às 19h27. Posto isto, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Este agradeceu a aprovação do Requerimento n.º 185/2017, de sua autoria, que solicitou estudos sobre a linha de ônibus, utilizada pelos estudantes, residentes na zona leste, coletivo com passagem às 6h15, pela manhã. Explicou que tal coletivo vinha do bairro, para a cidade, vazio, porque os estudantes utilizavam o ônibus da linha 3, que passava às 6h30, que isto fazia com que o ônibus da linha 3 viesse sempre superlotado. Aclarou, que fazia pedido, para que a linha dos estudantes, às 6h15, fosse transferida, para às 6h30, pois, desta forma, haveriam dois coletivos propícios aos estudantes da zona leste, ambos às 6h30, o que aliviaria, um pouco, a superlotação dos ônibus que vinham para o centro. Também a respeito dos ônibus, o vereador sublinhou que as reclamações eram muitas, em relação às condições mecânicas dos ônibus, que apresentavam problemas, constantemente. Por fim, disse que era grande o descontentamento da população, quanto ao transporte urbano na cidade. A seguir, fez uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou sobre o fim da cobrança do estacionamento rotativo na cidade. O vereador questionou se os créditos, contidos nos bótons e comercializados até a última sexta-feira, seriam ressarcidos aos usuários, haja vista o término do serviço, e que, se isto não fosse feito, que tal proceder seria crime. O Vereador lembrou audiência pública, para debate das questões relativas à cultura, no município, agendada para quinta-feira, dia 23, e convidou a todos os presentes, para participação, especialmente, o Vereador Alexandre Cintra, bem como convidou a todos para encontro com o Presidente Estadual do PEN, Paulo Correa, no dia 24, sexta-feira, no plenário da Câmara Municipal. Para encerrar, destacou indicação, de sua autoria, aprovada por todos os presentes, solicitamos a limpeza do campus da FATEC, devido ao mato alto. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Este versou sobre atos de assédio moral contra os servidores públicos, afirmando que, infelizmente, na gestão passada, escutara muitos relatos de funcionários, que trabalhavam nas UBSs e que haviam sofrido assédio moral, exemplificando o caso de uma técnica de enfermagem, que não tinha forças, para trabalhar, andava desanimada, era taxada pelos colegas, como vagabunda, fora colocada à disposição, porque não tinha serventia, e que, depois de consulta a um médico particular, fora diagnosticada com um tumor na cabeça. Afirmou que um funcionário, que era perseguido, pelos próprios colegas, recebia agressão pior que tiro, ou facada. Para concluir, o vereador disse que estava observando tais condutas, de prontidão, e que, se ficasse sabendo de alguma ‘coisa sobre perseguição’, tomaria a defesa do funcionário, bem como as devidas providências. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora falou sobre a urgente necessidade de erradicação dos pombos, que pareciam aves inofensivas, mas transmitiam diversas e graves doenças. Destacou, que os pombos estavam invadindo e sujando prédios públicos, creches, escolas e praças, em Mogi Mirim, que muitas pessoas tinham o mau hábito de alimentar tais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aves, as quais traziam muitas doenças, e que, o Gabinete do Prefeito havia autorizado a instalação de placas educativas, pedindo ao cidadão, que não alimentasse os pombos, em toda a cidade. Finalizando, disse que uma atitude era necessária, pois os pombos não poderiam ser mortos, mas que era possível evitar, que as aves chegassem aos locais públicos. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. Este destacou a enorme dificuldade de trânsito, na zona rural do município, devido às péssimas condições de conservação das estradas vicinais. Apontou para a urgente necessidade de aluguel de uma patrol, enquanto não chegava ao município a nova patrol, conseguida, pela bancada do PMDB, junto ao Governo do Estado. Depois, fazendo referência à audiência sobre a cultura no município, agendada para a quinta-feira próxima, lembrou a falta de atividades culturais e esportivas, que fossem voltadas, especificamente, ao público contido na faixa entre 45 até 50 anos de idade, pessoas que não poderiam ser consideradas idosas. Lembrou, que não havia vagas específicas, que tais pessoas de nada participavam, de qualquer atividade, e rogou para que este assunto também fosse debatido, na audiência pública, dando, desde logo, a ideia de que fosse implantada uma lista de espera de vagas. Sobre outro tópico, disse que a bancada do PMDB, na Câmara de Mogi Mirim, não era oposição ao governo municipal, mas em favor da população, daquilo que fosse bom aos munícipes, porque ele tinha lido, em reportagem, no jornal, que o PMDB estava trabalhando para fazer oposição ao prefeito. Conjecturou, que alguém houvesse até ‘plantado a notícia’, para prejudicar o trabalho, e ratificou a disposição dos vereadores da bancada, em buscar verbas. Falou, em derradeiro, que a finalidade dos vereadores da bancada do PMDB era a de trabalhar, em prol da população; que eles não estavam, na Casa, para fazer ‘uma oposição, por oposição’, que a política da bancada era a do trabalho, com o qual honrariam os votos obtidos, em 3 de outubro de 2016, e que, tais notícias eram plantadas, nos jornais, e não haviam partido das fontes de informação das lideranças do PMBD de Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim. Também fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhaes. Este também falou sobre os pombos e sua prejudicial convivência com a população e passou algumas informações sobre tais animais, as quais julgava importantes, porque poucas pessoas se preocupavam sobre o assunto. Explicou, que os pombos estavam elencados, no rol de pragas urbanas, assim como os ratos, as baratas e os escorpiões; que algumas cidades tratavam este problema como calamidade pública, pois as aves sujavam, por demais, o patrimônio público, as sacadas dos prédios e residências; que ele sabia de tais dados, porque era proprietário de uma empresa de controle de pragas; que os pombos, ao levantarem voo, espalhavam um fungo, contido em suas asas e plumas, fungo este, que provocava muitas doenças, inclusive, através da aspersão, provocava meningite, mal de difícil cura, o qual poderia causar a morte, a longo prazo e que, era necessário fazer o controle de tal praga, através de um contato com o IBAMA e com a Polícia Florestal, e fazer sua erradicação, em que pesasse a proteção animal questionar, mas se tratava da saúde pública. Finalizando, disse que o problema estava sério na cidade, havendo a necessidade de diminuir a população de tais aves. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Inicialmente, a vereadora cumprimentou o senhor Eduardo Leme, assessor do Deputado Milton Leite, presente nas galerias, a quem pediu apoio, para Mogi Mirim. Rapidamente, fez menção à Plenária da Saúde da Mulher, ocorrida na Estação Educação, da qual destacou a grande participação de funcionários públicos e, acentuando as palavras do Vereador Marcos Antônio Franco, também criticou qualquer perseguição ao servidor público e, para concluir sua participação, colocou-se pela defesa daqueles que, porventura, fossem perseguidos. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele versou sobre dois assuntos. O primeiro, questões políticas, completando a fala de seu correligionário, pontuando que havia sido eleito, sem prometer nada a ninguém, nem cargo, nem barganha; que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estava, na Casa, para representar a população de verdade; que faria oposição sim, mas às leis ruins e às velhas práticas políticas; que não tinha feito qualquer barganha com o prefeito, pois não detinha cargos, na administração, e não estava para chantagens, de tal monta, para com o prefeito eleito; que as velhas práticas políticas tinham que acabar; que respeitava a eleição democrática de Carlos Nelson Bueno, como prefeito de Mogi Mirim; que as notícias veiculadas, em jornal, acerca de possível oposição ao governo municipal, por parte do PMDB, não condiziam com a verdade; que o PMDB não dera aval a ninguém para falar em seu nome, que os vereadores do PMDB, ao invés do que fora publicado, estavam buscando recursos, em prol de Mogi Mirim, e que, a velha política, que pensava apenas nos interesses pessoais dos políticos, nos FGs dos ‘amiguinhos’, nos ‘carguinhos’ em secretarias, tinha que morrer. Disse que ninguém o veria praticando a velha política, porque ele estava para defender o povo de Mogi Mirim e não para proteger ‘seus amiguinhos nas secretarias’ e ainda, desafiou a que encontrassem qualquer funcionário, trabalhando na administração, sob sua indicação. Aclarou, que o seu compromisso era para com uma ‘política de verdade’ e não para com uma ‘política de barganha’, que não queria isto para a sua cidade, que não queria ser rotulado como hipócrita, ou seja, se estivesse bom para ele, era governo, mas se não estivesse bom, seria oposição, refutava tal conduta e ainda, disse que jamais faria isso, pois não estava para vender o seu voto. No segundo assunto, o vereador tratou sobre a falta de segurança e a Contribuição para Iluminação – CIP. Lembrou que, de outubro, de 2014, até outubro, de 2016, a prefeitura havia recolhido doze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais de contribuição, para custeio da iluminação pública, numa média, em 2015, de quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais/mês de CIP; que, em janeiro de 2017, a prefeitura tinha, em caixa, quase dois milhões de reais, para manutenção da iluminação e, mesmo assim, existiam inúmeros bairros na escuridão, que as respostas da secretaria, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

gerenciava tal assunto, eram a de que não existiam lâmpadas e que, os assaltos estavam aumentando devido à escuridão. Por fim, rogou à secretária da pasta de obras, Renata Furigo, que desse atenção à questão, porque o dinheiro estava em caixa, a população estava insegura, com a situação de escuridão e falta de manutenção, solicitando, urgentemente, a compra das lâmpadas e a aplicação dos recursos angariados. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele abordou assunto relativo à zona rural, falou sobre o péssimo estado de conservação das estradas de terra e sobre a falta de maquinário, para serviços de recuperação. Colocou, que os produtores e moradores não aguentavam mais a situação. Anunciou, que o Chefe de Governo, Danilo Zinetti, estava estudando a possibilidade de alugar maquinário, para a prefeitura, e criticou a usina de cana-de-açúcar, localizada no Distrito de Martim Francisco, porque seus treminhões de cana-de-açúcar danificavam os reparos feitos pela administração, constantemente. Disse, que a usina utilizava as estradas, mas não colaborava, na sua manutenção; que, se o maquinário, a patrol fosse mesmo alugada, que a administração teria as máquinas e deixaria as estradas, em ordem, para escoamento da produção, e para as crianças, em idade escolar, poderem chegar até suas escolas, e ainda, para que as pessoas pudessem ir e vir, mas que, tinha certeza, não duraria um mês, por causa dos treminhões, e perguntou qual gentileza fazia a empresa à cidade, já que vinha utilizando as estradas rurais, sem delas cuidar, até hoje. Disse que a usina tinha que fazer a manutenção das estradas também e esperava que o Chefe de Governo fizesse a locação das máquinas e tentasse viabilizar parceria, com a empresa de cana-de-açúcar. Depois, o vereador pediu à Mesa Diretiva agilidade para solução da questão do Palácio de Cristal, anexo da Câmara, cujo aluguel custava mais de vinte e cinco mil reais/mês e sugeriu, que todos os vereadores retornassem ao prédio antigo da Câmara, mesmo sem uma reforma, naquelas dependências. Disse, que entendia o esforço da Mesa, em resolver a situação, mas que havia demora e tanto ele, como o povo, tinham pressa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e que, a demora propiciava ‘jogar dinheiro fora’. Afirmou, que com um mês de aluguel, do Palácio de Cristal, seria possível alugar uma patrol, máquina para conserto das estradas de terra, e que, a multa, de quebra de contrato, seria paga, em dois anos, haja vista o respaldo jurídico da Casa, o Procurador Jurídico, que deveria ser utilizado, para se ir a juízo. Para concluir, falou que a população continuava cobrando os vereadores, para uma solução do impasse, e que, os vereadores estavam ‘rasgando dinheiro’, literalmente, enquanto a prefeitura tentava economizar. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele também cumprimentou o senhor Eduardo Leme, assessor do Deputado Estadual Milton Leite Filho e do deputado Federal Alexandre Leite. Reportando-se à fala do Vereador Cinoê Duzo, também como membro das comissões, que analisavam a reforma do prédio antigo da Câmara e a revogação do contrato do novo anexo, conhecido como Palácio de Cristal, o Vereador Cristiano Gaioto explicou, que a ideia de retorno imediato ao prédio antigo, sem reforma, já tinha sido dada, por ele, na última reunião das comissões, mas que fora descartada, haja vista a necessidade urgente de reforma, no prédio antigo, e remodelamento da infraestrutura, para segurança dos funcionários. Prosseguindo, mencionou as palavras ditas pelo nobre vereador Marcos, cujo trabalho admirava, a respeito do funcionalismo público e possíveis perseguições contra servidores, afirmando que, durante sua campanha eleitoral, fora apoiado, totalmente, pelo funcionalismo público municipal e que, os servidores podiam contar com seu apoio. O Vereador também elogiou o trabalho de sua correligionária, Vereadora Sônia Regina, que tinha buscado, em outros municípios, um sistema de monitoramento de segurança, para Mogi Mirim. Afirmou, que a Prefeitura Municipal já estava estudando a implantação do sistema, no município, e, ato contínuo, elogiou também o trabalho do Vereador Geraldo Bertanha, relativo à busca da segurança, para a cidade. Por fim, mencionou o Vereador Tiago Costa e suas críticas ao Governo Estadual, as quais classificou como construtivas,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deixou seus aplausos para o trabalho dos nobres edis e pediu aprovação aos projetos, de sua autoria, integrantes da pauta da Ordem do Dia. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Iniciando seu discurso, referiu-se ao discurso do Vereador Tiago Costa e disse que, infelizmente, o assunto da segurança pública era preocupação de todos os edis. Depois, cumprimentou o Vereador Marcos Antônio Franco, por ter lhe feito companhia, na última sexta-feira, durante formatura de alunos, na FATEC, num momento muito nobre, quando haviam prestigiado os promissores formandos, com mão de obra especial, e afirmou que acompanharia tudo o que fizesse parte do assunto relativo à sua comissão permanente, Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Prosseguindo, noticiou a preocupante confirmação de que a Polícia Militar Rodoviária iria deixar seu local de costume, às margens da SP-340, na entrada da cidade, sede que seria derrubada, devido à precariedade da instalação, que não dava condições de trabalho, e que, outra sede seria construída na Rodovia SP-147. O vereador disse que a mudança da sede da PMR o assustava, haja vista o entendimento para tal base ser construída no quilômetro 74, próximo ao Bairro Pederneiras, na SP – 147, uma rodovia que ‘fechava às 20 horas e abria às 6 horas da manhã’ e que, o certo era a sede permanecer, onde estava, na porta de entrada da cidade, às margens de uma rodovia importante, como era a SP-340. O Vereador explicou, que entrevistara o deputado Barros Munhoz, no seu programa diário, na rádio, e que o deputado prometera interceder, junto ao Governo do Estado, para que Mogi Mirim não perdesse a sede da PMR, mesmo porque, Mogi Mirim já perdera muitas coisas, no passado, e não poderia perder também, a segurança de uma sede da PMR próxima, situada numa rodovia, que dava acesso a todo o sul do Estado de Minas Gerais. Para concluir, disse que a logística da sede da PMR, na SP – 147, seria muito complicada e pediu sintonia entre os vereadores, para não deixar que o fato acontecesse. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, que disse comungar das ideias do Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Geraldo Bertanha, ou seja, endossava que os vereadores deveriam acompanhar e atuar, em todas as ações externas da administração, fossem elas estaduais, ou federais, e, para exemplificar, relatou que fora bem-sucedida a atuação dos vereadores, na tentativa de impedirem a venda do Horto Florestal de Mogi Mirim, para que este ficasse, definitivamente, com a Prefeitura de Mogi Mirim. Todavia, disse que a luta continuava ainda, para conquista da área do antigo campo de viação e para esta nova questão, a mudança da sede da PMR. Prosseguindo, afirmou que a função do vereador era também a de dar ideias e, portanto, sugeria uma parceria consolidada entre o Poder Público e o Clube Mogiano – Recanto, especificamente, na área esportiva, conforme requerimento, que apresentara. Explicou, que o esporte, sem apoio, também não conseguiria caminhar, que o Clube Mogiano detinha peculiaridades, tais como, grandes professores e estruturas, que poderiam ser utilizadas, em tal parceria. Citou grandes doações de área, que haviam sido propiciadas ao clube, à época do então prefeito Ricardo Brandão, as quais haviam se tornado precatórios recentes, lembrou que, em tais leis de doações, havia a contrapartida do clube, e citou também, o Handebol, como esporte de referência, no clube, já que uma das praticantes, filha de sua assessora, havia sido indicada para a Seleção Brasileira de Handebol. Disse, para encerrar, que a parceria com o clube seria de extrema importância e solicitou ao Vereador Alexandre Cintra, Diretor Cultural do clube, que intercedesse na parceria, objetivando o fomento do esporte, na cidade. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h32, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 30, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 64.856,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Comentou a matéria a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, explicando que o pedido do prefeito, para abertura de crédito adicional especial se fazia necessário; que se tratava da manutenção de atividades esportivas; que o trabalho tinha sido feito, até então, pela Liga de Futebol Amador de Mogi Mirim – LIFAMM, que a partir de agora, haveria chamamento público, do qual a LIFAMM poderia participar, ratificou que o crédito a ser aprovado seria destinado à manutenção de atividades esportivas e disse, por fim, que não via dificuldades em aprovar o projeto; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 30/2017, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 31, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “acrescentando dispositivo à Lei Municipal nº 5.868, de 26 de janeiro de 2017, que autorizou o Município de Mogi Mirim a repassar os recursos financeiros do tesouro e do cofinanciamento estadual e federal às instituições, que especifica”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Discutiu o projeto o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, que registrou a necessidade, até que ocorressem os chamamentos públicos, de autorização legislativa para repasses financeiros, justamente, a matéria, em tela, que visava adequação até a nova legislação. Colocou, que a aprovação era justa, que o relator havia sido o Vereador Luiz Roberto, o Chupeta, e que a comissão havia opinado, favoravelmente, ao projeto; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 31/2017, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 35, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o repasse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), para entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, explicando que os repasses financeiros tinham destinação vinculada e genérica, portanto, tratava-se apenas de autorização de repasse, para as entidades, afirmando que nada existia, que inviabilizasse a aprovação da matéria. Também discursou o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, que complementou as palavras de sua antecessora, aclarando que os recursos, tratados no projeto, em tela, e também, no próximo a ser votado, eram geridos e deliberados, pelos seus respectivos conselhos; que ambos os conselhos mereciam aplausos; que somados, os recursos chegariam ao montante de milhões de reais; que se tratava de captação de recursos de pessoas físicas e jurídicas, que haviam deixado de recolher para o Leão – a Receita Federal e os tinham destinado aos projetos das entidades assistenciais municipais, vinculadas aos idosos, crianças e adolescentes; que, aos idosos, grande parte dos recursos era oriunda do Banco Itaú; que, neste ano, com o incremento de outras empresas, tais como, a Renovias; que existiam critérios, para destinação do IR, sendo 1% para pessoa jurídica, e 6%, para pessoa física, que o dinheiro captado valia muito às entidades e que, infelizmente, o CCI havia arrecadado apenas oitenta reais, porque os recursos eram direcionados. Explicou, que algumas entidades captavam mais que outras, que era importante ajudar todas as entidades, a fim de que pudessem captar, em igualdade, mas que assim era a lei, que estabelecia, e que, era preciso fomentar esta arrecadação, cada vez mais. Por fim, sublinhou que o Parecer da CFO e da CJR era favorável; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 35/2017, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 36, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI), para as Entidades Sociais, cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Discutiu a matéria a nobre Edil Maria Helena Scudeler de Barros, que apenas comentou, que o repasse dos idosos era um pouco mais equilibrado, mas observou que pensava como o Vereador Gérson, ou seja, que o repasse era desigual, pois a pessoa jurídica poderia definir a quem doar e, antes, não havia sido assim, vendo isso, como dificuldade, para certas entidades, haja vista que algumas delas eram sempre privilegiadas, merecedoras, certamente, mas que algumas nunca eram beneficiadas, sendo que todas apresentavam bons projetos. Concluiu, dizendo que o FMDC era muito desigual, apesar de todas terem projetos e bons projetos; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 36/2017, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. Projeto de Lei nº 25, de 2017, de autoria do Vereador Cristiano Gaioto, “instituinto, no calendário oficial do Município de Mogi Mirim, a EXPOETE – Feira Tecnológica de Apresentação de Projetos”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 25/2017, do Vereador Cristiano Gaioto); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 6. Projeto de Lei nº 26, de 2017, de autoria do Vereador Cristiano Gaioto, “instituinto, no calendário oficial do Município de Mogi Mirim o FEC – Festival de Expressão Corporal”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

26/2017, do Vereador Cristiano Gaioto); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Posto isto, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Este respondeu ao Vereador Cinoê Duzo, sobre as tratativas das comissões da reforma do antigo prédio da Câmara Municipal e Comissão de Análise do Aluguel do prédio novo. Narrou que ficara decidido, que seria feita a reforma do prédio que continha o plenário, para que os funcionários da parte administrativa tivessem condições de trabalho, pois eles precisavam passar relatórios ao TC e também, para que cada vereador tivesse o seu gabinete próprio, já que fora este o intuito inicial da mudança para um novo prédio. Também, que ficara decidido que a Câmara iria pedir ao Poder Executivo a cessão de arquiteto e engenheiro civil, para diminuir os custos da reforma do prédio da Câmara e, para concluir, convidou o vereador do PSB, Cinoê Duzo, para que comparecesse às reuniões das comissões, mesmo delas não fazendo parte. Novamente, na direção dos trabalhos, o Vereador Jorge Setoguchi, Presidente da Câmara, facultou o uso da palavra ao próximo inscrito, Vereador Luís Roberto Tavares. O orador lembrou a implantação do Jardim Europa, na década de 1990, pela TC Construtora e Terraplenagem, que detinha dívida, para com o INSS. Narrou, que para fazer jus à dívida, o INSS havia tomado posse de alguns bens da TC, dentre esses, a gleba do Jardim Europa, o que criara um impasse judicial, pois os moradores, com chaves na mão, não conseguiam passar a escritura do imóvel, ou comercializá-lo. Informou, que a gleba iria à leilão e que, desde 2005, vinha tratando deste assunto, todavia, sem sucesso. Relatou, porém, que, em 2015, por intermédio do Deputado Federal Nelson



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Marquezzelli, os moradores haviam sido chamados à Defensoria Pública Estadual, órgão que lhes apresentara solução e orientações, por escrito, de como regularizar a situação do Jardim Europa, e que, buscariam, os moradores e ele, orador, por este caminho, para regularizar todas as escrituras do loteamento. Depois, versou sobre a CIP, explicando que existiam, atualmente, em Mogi Mirim, mais de trezentas e cinquenta lâmpadas queimadas, que fizera requerimento a respeito da expansão das lâmpadas queimadas e citou várias ruas, todas sem iluminação. Aclarou, que havia muito dinheiro sobrando, para tal finalidade, e que, o município teria um orçamento de um milhão de reais, para cuidar de quinze mil lâmpadas. Sobre o maquinário da prefeitura, o Vereador explicou que havia feito, no passado, tudo o que fora possível fazer, para conserto do maquinário, com vídeos, requerimentos, ofícios e que, todos os dias, ele passava pela Secretaria de Obras, buscando novidades, quanto ao conserto das máquinas. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Franco, que falou sobre questões relativas à Secretaria de Saúde e ambulância 192, denunciando que, no passado, na madrugada, as enfermeiras responsáveis retiravam o telefone do gancho. O vereador disse que, muitas vezes, o povo criticava os políticos, os vereadores, o governo municipal, mas era o próprio funcionário público, que não honrava o trabalho, que exercia. Disse, que já havia presenciado muitas outras coisas, mas mantivera-se, em silêncio, todavia, afirmou que, agora, chegara a sua vez de falar a realidade, e, sobre o maquinário quebrado, relatou episódio de ter carregado paciente, no colo, morador da Rua 43, do Parque das Laranjeiras, onde a ambulância não trafegava, por falta de manutenção das ruas de terra, do bairro. Falou, que era um difícil destino, o das pessoas que moravam em loteamentos clandestinos, que falava disso, pois, como funcionário público, havia vivido a dor das pessoas, porque a administração passada havia sido miserável, sucateando os veículos, as ambulâncias, por exemplo. Para finalizar, narrou episódio de quando a ambulância fora detida pela Polícia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Militar Rodoviária, ocasião em que, a administração passada, diante do volume de multas aplicadas, decidira, enfim, fazer a manutenção dos veículos oficiais alugados. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A vereadora disse, que a administração anterior tinha falhado e muito, por exemplo, na questão da falta de acessos aos sitiantes, quando da duplicação da Rodovia Mogi Mirim – Engenheiro Coelho e narrou todo o episódio, explicando que a Concessionária Intervias tinha apresentado projeto, ao gabinete do prefeito Gustavo Stupp, e este havia autorizado a obra da duplicação, sem as devidas passagens, os acessos, que os sitiantes usavam para entrar, na rodovia. Explicou, que fora feito um esforço enorme, que, com muita negociação, haviam conseguido fossem feitas duas intervenções e que, agora, estavam discutindo, com a ARTESP, uma passagem de pedestres e paradas de ônibus. Para finalizar, mencionou o assunto trazido pelo Vereador Geraldo Bertanha, da mudança da base da Polícia Militar Rodoviária, posicionando-se contrariamente à mudança e colocando-se à disposição, para esforços conjuntos, a fim de impedir a ação. Como o próximo inscrito, Vereador Moacir Genuario, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. O vereador versou sobre loteamentos irregulares e, desde logo, informou que havia ingressado com ação popular, protocolada na Justiça comum de Mogi Mirim, na última sexta-feira, denunciando dois loteamentos irregulares, ambos já em comercialização, em Mogi Mirim, a saber: o Chácaras Palmeiras, a Associação Barão do Jaborandi, com sede em Mogi Guaçu, os senhores Carina Barbosa Ribeiro do Prado, Odacir Antônio Manera e Geovana Aparecida Jorge. Explanou, que ambos os empreendimentos estavam fora do Plano Diretor de Mogi Mirim, cujo projeto de emenda havia tramitado pela Casa, na legislatura passada, e não fora aprovado, mas que, mesmo assim, os citados insistiam nesse engodo, que poderia ser enquadrado, no Artigo 171, do Código Penal, como estelionato. Falou, que para sua surpresa, o Departamento de Engenharia da Prefeitura não tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conhecimento do fato e que, ele ficava a pensar, em qual situação ficariam as sessenta e duas pessoas, que haviam comprado os lotes, de mil metros quadrados cada, nesses dois loteamentos irregulares, pois, mais uma vez, estava-se criando dois novos ‘parques das laranjeiras’, em Mogi Mirim, com problemas incomensuráveis, para o futuro. Por fim, sublinhou que a ação popular era de suma importância, que além de estelionatários, os denunciados estavam formando uma quadrilha, ou bando, com a finalidade de cometer crimes, que era proibido manter tais áreas residenciais, no perímetro urbano oficial do município, e que, a questão, agora, estava na Justiça. Como o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, próximo orador, desistisse da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Esta comentou os três projetos que havia apresentado, a saber, o primeiro, dispendo sobre a proibição de soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos, que causam estampido, no município de Mogi Mirim; o segundo, instituindo o Dia Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais e, o terceiro, instituindo o Dia Municipal do Gaúcho. Sobre o projeto dos fogos, explicou que a ideia não era proibir, mas apenas regulamentar, pois existiam fogos, sem estampido, e era possível se divertir, sem prejudicar idosos, crianças, animais e doentes, acamados em hospitais. Na conclusão, falou das efemérides, registrou que, em Mogi Mirim, haviam muitos gaúchos, uma grande colônia, que merecia ser homenageada, bem como defendeu também, a nobre homenagem aos animais. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. O vereador abordou vários assuntos. Iniciou, dizendo sobre a questão da segurança pública, afirmando que a Câmara, através dos deputados estaduais, tais como, Jorge Caruso e Barros Munhoz, estava empenhada numa solução, observando, igualmente, que estava acontecendo uma ‘pressão em cima do Estado’, e prova disso, era a reunião já agendada, para reivindicação de melhorias, em benefício de Mogi Mirim, Itapira e Mogi Guaçu, como noticiado, nos jornais. Esperava que a reunião rendesse frutos para a cidade, com melhoria da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estrutura das polícias, com o aumento do efetivo e melhores salários. Depois, falou sobre a esperança que tinha, para a regularização do Parque das Laranjeiras, mas não pelo Programa Estadual Cidade Legal e sim, através da Medida Provisória nº 759, de dezembro de 2016, baixada pelo Presidente Michel Temer, visando facilitar a regularização fundiária, em áreas urbanas, tais como favelas e condomínios irregulares. Explicou que o Vereador Moacir e ele estavam articulando reunião com o gabinete do Ministro das Cidades, Bruno Araújo, objetivando levar o tema tão importante e encontrar uma forma de regularizar aquele loteamento, por conta da nova medida provisória do Governo Federal. Falou de como o Parque das Laranjeiras vinha sendo utilizado, como bandeira política eterna, de vários governos, todavia, sem nunca alcançar sua regularização e, para encerrar, exortou aos colegas, para que ingressassem, na luta, para que a solução da regularização viesse, de fato, através da Medida nº 759/2016, que criara o REURB - da regularização fundiária urbana, cujos requisitos estavam elencados a partir do artigo 8º, da citada MP. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. De início, o vereador registrou a presença do Capitão Luciano Peixoto, comandante da PM, e seu subordinado, Jorge, nas dependências da Câmara, elogiando e parabenizando a ambos, pelo empenho e trabalho, nas questões da segurança pública municipal. Disse que os projetos da PM tinham seu total apoio, tais como o PROERD, que era dirigido aos estudantes, admirou a coragem dos policiais, no combate ao crime, colocou-se solidário aos problemas da corporação policial e disse que, muitas vezes, os policiais eram mal compreendidos, pela população. Para finalizar, pediu urgência-urgentíssima às comissões permanentes, na análise do projeto do cursinho pré-vestibular gratuito, pois era de suma importância aos jovens. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cristiano Gaioto. Ele também agradeceu a presença do Capitão Luciano Peixoto e parabenizou à corporação da PM. O vereador prosseguiu, comentando a fala do Vereador Gerson, que havia dito sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

possível parceria da administração, com o Clube Mogiano, objetivando a prática esportiva, ideia com a qual concordava, inclusive, citando outras modalidades de esporte, tais como, futsal e atletismo. Disse que não haviam professores de educação física, na rede municipal; que os voluntários eram bem-vindos; que o maior problema dos esportistas, atualmente, era o transporte; que tinha tentado atender a este pessoal, no passado, enquanto funcionário comissionado da prefeitura, que o time de handebol tinha ficado com o vice-campeonato estadual, um feito inédito, para Mogi Mirim, e que, lutaria junto ao vereador, em prol do convênio. Parabenizou os secretários Ramon, Administrativo, e Guto Urbini, da Secretaria de Suplementos, pela mudança ocorrida, na cesta básica do funcionalismo, algo que tinha agradado aos funcionários, mas criticou a questão da entrega, porque muitos funcionários não estavam recebendo a cesta, em suas casas. Por fim, registrou o Dia Internacional da Síndrome de Down, efeméride de 21 de março, elogiando o trabalho da APAE de Mogi Mirim, pela inclusão das crianças, na sociedade. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele falou sobre assuntos da segurança pública também, dizendo que estava preocupado, com o alto índice de assaltos, os quais ocorriam, todos os dias, na cidade, apesar dos esforços de todos e do trabalho da GCM e da PM. Observava, que o maior problema era a falta de policiais, tanto na Polícia Militar, quanto na Polícia Civil; que quinze funcionários, escrivães e investigadores de polícia, iriam se aposentar, em breve tempo; que tais aposentadorias seriam mais um problema, haja vista a falta de servidores, que havia, de fato, entrevistado o Deputado Estadual Barros Munhoz e que, o deputado havia comentado sobre uma reunião, com o Secretário Estadual de Segurança, DR. Magino Barbosa Filho, e outros, a ser realizada, na quinta-feira próxima, cujo assunto específico, seria a falta de segurança, em Mogi Mirim. O vereador também registrou e agradeceu a presença, nas galerias, do Capitão Luciano Peixoto, Comandante da Polícia Militar, que tinha se reunido com professoras, coordenadoras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e diretoras da rede, também para trato das questões de segurança, desta vez, para os próprios da municipalidade, e para informe de que seria retomada também, mesmo diante de muitas adversidades, a Ronda Escolar, que estivera suspensa, na última gestão. O vereador louvou a atitude deste trabalho, em conjunto, entre a Polícia Militar e a municipalidade, através de um trabalho, com os jovens, nas escolas municipais. Relatou, que os assaltos eram muitos e estavam ocorrendo durante o dia. Dirigindo-se à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, o vereador relatou, que o deputado Barros Munhoz a havia mencionado, diversas vezes, durante a entrevista, quando citara os acessos, que seriam implantados, na Rodovia Mogi Mirim – Engenheiro Coelho. Depois, agradeceu aos gestores do Setor de Trânsito, haja vista a implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Avenida Adib Chaib, nas proximidades do Clube Mogiano e da sede do INSS, e, para concluir, citou que o Secretário de Suplementos e Qualidade, Guto Urbini, avisara aos munícipes, que os créditos da extinta Zona Azul seriam ressarcidos, aos usuários, a partir de 1º até 17 de abril, na sede da empresa. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior. Ele falou da sede do INSS, que utilizava local provisório, prédio cedido, pelo município, há muitos anos, situado no Espaço Cidadão, na Avenida Adib Chaib, e que, este prédio deveria retornar ao município, fosse através da locação de outro espaço, pelo próprio INSS, ou pela cessão de uma área, pelo município. Na sequência, fez referência à Medida Provisória citada pelo Vereador Tiago Costa, concordando que seu teor era de suma importância, para a questão da regularização de loteamentos clandestinos, que estudara a medida, a fundo, e esperava ela se tornasse lei e que, o REURB traria, para o município, toda estrutura e a responsabilidade de regularizar seus próprios loteamentos clandestinos, principalmente, flexibilizando algumas questões, as quais o Programa Cidade Legal não permitia, como era o caso de Mogi Mirim, principalmente, imóveis situados em áreas de preservação permanente – APPs. Explicou, que para a regularização, via



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cidade Legal, a CETESB era inflexível, na questão das APPs, mas que a REURB flexibilizava a questão. Parabenizou o vereador do PMDB, pela brilhante ideia, a qual classificou como sensacional. Sobre este assunto, o orador parabenizou também o colega vereador Orivaldo Magalhães, pela denúncia e pela ação popular impetrada contra a associação de dois loteamentos irregulares, que estavam sendo implantados, clandestinamente, em Mogi Mirim, destacando ainda, a falha de fiscalização, por parte da prefeitura, e pedindo cautela à população, para que não ‘caísse nesses golpes’, pois somente poderia ser considerado proprietário, aquele que registrava o imóvel, em seu nome. Por fim, afirmou que era necessário que os vereadores pudessem ajudar ao munícipe, para não comprar terrenos, em loteamentos clandestinos, ou irregulares. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento das senhoras *Josephina Diogo Christofolletti*, *Maria Tereza Oliveira* e do jovem *Cauê Felipe Granado Biazotto*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h13, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM